

AE

Boa tarde a todos,

Venho dirigir-Vos umas palavras de reconhecimento e incentivo...

Gosto da ideia de pertencermos a um grupo com as melhores individualidades do concelho. E mesmo que não seja verdade, acredito que todos faremos por isso...

Fomos escolhidos para representar os nossos concidadãos, incluindo nas férias, feriados e fins-de-semana, e para eles justifica-se todo o nosso esforço e dedicação.

Tenho a certeza que saberemos honrar o nosso compromisso, mas não se esqueçam que para quem está de fora, não temos faltas justificadas.

Não somos funcionários públicos, apenas porque não somos funcionários...

Como disse Thomas Jefferson, terceiro presidente dos Estados Unidos da América e principal autor da Declaração de Independência: "*Quando um homem assume uma função pública, deve considerar-se propriedade do público*".

Não iria tão longe, mas percebe-se a ideia...

(Branquinho) No XXV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que ocorreu nos passados dias 11 e 12 de dezembro, em Aveiro e a que assisti na simpática companhia do Sr. Presidente da Câmara e da nossa Presidenta da Junta de Freguesia da Póvoa de Midões, entre outros temas referidos na Informação do Senhor Presidente da Câmara, foi debatida a regionalização e naturalmente a importância das autarquias.

Os Municípios obtêm apenas 14% da receita pública e no entanto são responsáveis por mais de 50% do investimento público.

No resto da Europa essas percentagens são de 25% e 35%, respetivamente.

Também ouvi que 81% dos Municípios do Continente, ou seja, onde ainda não há regionalização, e que serão 278, aceitaram a totalidade ou a quase totalidade das competências descentralizadas e 75% aceitaram a totalidade.

Segundo o Primeiro-Ministro, "*as autarquias são a melhor entidade administrativa para assumir as competências de proximidade*", "*a descentralização é uma página que temos de virar*", "*as regiões administrativas deverão ser as atuais regiões-plano*" e "*2024 será o ano para avançarmos com a regionalização.*"

O Presidente da Mesa do Congresso, Carlos Moedas, por sua vez, citou um relatório da ONU referindo que 70% das medidas sobre alterações climáticas serão responsabilidade das autarquias, salientando assim a necessidade de haver respostas locais para combater problemas globais.

Por último, Luísa Salgueiro, a nova presidente do Conselho Diretivo da ANMP, acrescentou que as regiões não serão para aumentar a despesa pública mas para resolver os problemas das pessoas...

Vamos então aguardar pela regionalização, que terá de ser referendada, como se sabe e já foi aqui defendida numa das nossas sessões do ano passado, e até lá vamos praticar a descentralização para bem de todos, tendo como exemplos na assembleia de hoje, a gestão da praia fluvial da Ronqueira e a exploração de jogos de fortuna e azar, no nosso concelho. (...)

Para os que já me conhecem, sabem que insisto muito na leitura, chegando mesmo a oferecer alguns livros e este Natal não será exceção.

Segundo o escritor peruano Mario Vargas Llosa: «*A literatura cria cidadãos críticos, que não se deixam manipular e têm capacidade de projetar-se em direção a um futuro menos ruinoso*».

«*Ler continua a ser o prazer supremo, o que mais me diverte e o que me empurra a ter a disciplina sem a qual não poderia ser um escritor*», eu diria o mesmo para a nossa atividade.

Já para Lev Nikolaevitch Tolstoi, escritor russo e um dos maiores de sempre: «*a verdadeira felicidade está na própria casa, entre as alegrias da família*».

E para o escritor britânico Somerset Maugham, autor da «Servidão Humana» e do «O Fio da Navalha»: «*Só o amor e a arte tornam a existência tolerável*». (...)

Criticam-se muito os políticos e os mais fracos deixam-se ir abaixo...

Por falta de aprovação do orçamento do Estado, o que já afetou naturalmente a própria elaboração dos orçamentos das autarquias; foram marcadas eleições, tendo o atual ministro das Finanças garantido que o orçamento para 2022 a apresentar pelo PS, seria idêntico àquele que foi chumbado...

Em democracia, as eleições são sempre um prémio mas espero sinceramente que os nossos deputados, antigos e novos, saibam o que andam a fazer...

Depois, em campanha eleitoral afiam-se muito as línguas e muitos oferecem ilusões disfarçadas de realidade, ou vice-versa, podendo colocar em causa a própria democracia.

Mas a democracia só estará em perigo se nós deixarmos...

Recordo que no Brasil, um militar duro e conservador ganhou as eleições a um filósofo tranquilo e conciliador, alegadamente porque o povo preferiu a segurança à liberdade.

Quem não prefere? Não precisamos é pôr a sociedade em risco... como se revelou depois no descalabro da luta contra a pandemia naquele país.

Mas na altura não foi só Bolsonaro quem ganhou as eleições, também foi o PT que as perdeu, alegadamente porque o povo condenou a corrupção, e este é um dos maiores problemas da democracia.

José António Saraiva, famoso cronista de jornais, escreveu: “*Como representantes da nação, os deputados deveriam ser exemplo para todos: referenciais de ética, de seriedade, de retidão, de cumprimento das regras. Mas parece que são exatamente o contrário: metem despesas de que não apresentam justificativo, dão morada falsa para beneficiarem de subsídios, recebem duas vezes pela mesma viagem, faltam às sessões e pedem a outros para lhes marcarem presença.*

Por estas e por outras, os políticos têm uma péssima imagem junto da opinião pública, e (...) são cada vez menos respeitados. É neste caldo de cultura que surgem os salvadores da pátria. Os messias. Os Bolsonaros» e acrescento eu o Trump, o James Bond e o Astérix, que é o meu preferido.

E, de facto, recordo o episódio em que deputados da Assembleia da República assinaram a lista de presenças em nome de um colega ausente e suspeita-se do pagamento de ajudas de custo para deslocações não comprovadas ou inexistentes e também em Lisboa, um dirigente municipal esteve envolvido em alegado financiamento partidário ilícito, na denominada operação “*tutti fruti*”.

No Pedrogão Grande, o presidente da Câmara alegadamente “*criou em circuito fechado o gabinete responsável pela validação das reconstruções das casas destruídas ou danificadas pelos incêndios e colocou um filho à frente da estrutura*”, tendo o Ministério Público investigado 113 construções.

Ora, questiono eu, se fossem apenas 2 ou 3 casas seria mais suspeito?

Sendo mais de 100 casas será que se generalizou e tornou-se assim moralmente mais aceitável, pelo menos para o autor desta medida?

As explicações que ouvimos por parte das chefias dos partidos nestes casos é sempre a mesma: não se pode interferir na Justiça e até prova em contrário, todos são inocentes.

Pois... mas conforme referiu o cronista Saraiva, a imagem dos políticos, incluindo os sérios, fica irremediavelmente manchada, e depois queixam-se dos populistas, além de que o fenómeno pode alastrar.

Segundo o psiquiatra José Gameiro, que escreve no “Expresso”, “*a descrença social vai muito para lá da política. Já não se trata de dizer mal de um determinado governo ou partido, acreditando que uma alternativa seja melhor. (...) É deixar de acreditar no país como um todo.*”

A dimensão ética do político deverá assim estar acima de qualquer suspeita e temos efetivamente de saber superar as nossas divergências para atingir objetivos maiores, desde logo o aumento do nível de vida da população.

Em Tábua, como nas restantes autarquias, temos um regulamento a cumprir, e nunca admitiremos práticas ilícitas, não tendo deputados com subsídios de deslocação de viagens que não fazem, pelo contrário.

Em Tábua, aprovámos em assembleia municipal, por unanimidade e com toda a transparência, um regulamento sobre a reconstrução das casas de segunda habitação, do qual iremos agora deliberar sobre uma alteração.

E periodicamente a Câmara informou sobre a situação das mesmas, com excelente trabalho da Vereadora responsável na altura, agora nossa colega na assembleia, ainda que se tenha questionado a conta solidária, mas não há nada a esconder, era só política e proteção de dados...

Só não aprende quem não quer e a democracia para funcionar tem de cumprir regras, não podendo ficar à mercê de populistas ou voluntaristas que mais do que apontar ao futuro, apenas se aproveitam das fragilidades alheias e tentam servir interesses de terceiros, por vaidade ou interesses económicos.

Até poderemos divergir na interpretação das regras, mas nunca poderemos colocar interesses pessoais à frente do nosso maior desígnio que é defender os interesses coletivos.

As assembleias municipais têm o poder/dever de fiscalizar o poder executivo e se assim não fizermos, apenas nos poderemos queixar de nós próprios.

A forma de fazer ou ver a política, como em quase tudo na vida, depende assim da perspetiva, ou da circunstância...

Em França, os coletes amarelos foram para a rua e obrigaram o governo de Macron a recuar na decisão de aumentar a tributação sobre os produtos petrolíferos.

Em França, os impostos representam 64% do preço da gasolina, felizmente em Portugal são apenas 62%... e os coletes amarelos fazem-nos falta para o jogging e para as peregrinações a Fátima.

Termino como comecei, agradecendo e saudando todos os que com alma e seriedade se dedicam à causa pública, expressamente reconhecendo o esforço e a capacidade de todos para, no desempenho das nossas funções, resolvemos todas as questões de forma cívica e em diálogo permanente, como a mesa de assembleia irá sempre procurar fazer.

Viva o concelho de Tábua e continuação de Boas Festas!

GRUPO MUNICIPAL

Período Antes da Ordem do Dia - Intervenção

Muito boa tarde, cumprimento o senhor Presidente Assembleia Municipal e com ele toda a mesa que o acompanha, o senhor presidente da Câmara Municipal e todos/as vereadores/as, cumprimento também os/as presidentes de junta e união de freguesias aqui presentes bem como todos os/as deputados municipais, os/as funcionários/as, o restante público e a comunicação social.

Estamos no final de 2021, continuamos a vivenciar uma realidade pandémica com todas as repercuções e consequências daí advindas. Como referimos há um ano, muito mais que palavras precisamos de ações que nos ajudem a prevenir, mas também a manter a normalidade possível.

O Grupo Municipal do Partido Socialista parabeniza o Município de Tábua na pessoa do seu Presidente Ricardo Cruz, pelo trabalho realizado em prol da população tabuense no sentido de minimizar os impactos desta pandemia.

Congratulamos a visita do Coordenador Regional do Centro para a gestão da pandemia e Secretário de Estado, João Paulo Rebelo que evidenciou os esforços desenvolvidos pelo Município de Tábua, proporcionando as condições logísticas para a vacinação imprescindível neste combate, considerando Tábua como um excelente exemplo da parceria entre a administração local e a administração central.

Por outro lado, o Grupo Municipal do Partido Socialista não pode deixar de exaltar o novo projeto Balcão SNS “Porque a Junta está + perto”, um balcão que vai trabalhar em proximidade à população do concelho.

Este será um espaço gerido pelas juntas de freguesia, onde serão prestados serviços relacionados com o Centro de Saúde, facilitando acesso aos serviços de saúde, evitando deslocações desnecessárias e promovendo uma melhor gestão da saúde individual, ainda que à distância, mas em condições mais iguais.

Vivemos uma realidade onde a igualdade assume cada vez mais um papel preponderante e essencial ao desenvolvimento. Mas não falamos apenas na igualdade de oportunidades em termos profissionais, nem apenas na igualdade entre homens e mulheres.

Temos de ir mais longe e falar da promoção da igualdade combatendo a discriminação em razão do sexo, idade, nacionalidade, raças, religiões, etnias, orientações sexuais e classes sociais, contribuindo para uma sociedade de inclusão e respeito pelas diferenças.

A crise pandémica fez-nos refletir bastante sobre diversas temáticas, mas duas das mais essenciais foram, a importância de acedermos de forma igualitária a cuidados de saúde e a necessidade de proteção das pessoas mais vulneráveis.

O Partido Socialista teve um papel fundamental na defesa destas, nomeadamente do Serviço Nacional de Saúde, acreditando que, apenas com o seu reforço, e não com a privatização tão defendida por outros partidos, se pode conseguir proteger aqueles que de outra forma não teriam acesso.

Por outro lado, apesar das dificuldades, nunca deixaram de apoiar as famílias, sendo de salientar a importância do aumento do salário mínimo, mesmo contra os grandes interesses económicos, que ainda acreditam erradamente que são os salários baixos que promovem a competitividade, não sabem ou não querem saber das dificuldades de muitas famílias, que mesmo trabalhando não têm condições para dar de comer aos filhos.

“Enquanto houver pobreza no mundo, nenhum homem poderá ser totalmente rico mesmo se tiver um bilhão de dólares. Toda vida é interligada, estamos presos em uma inevitável rede de reciprocidade, amarrados em único fio do destino, o que afeta diretamente a um, afeta indiretamente a todos.”

Esta frase foi dita há mais de 60 anos por Martin Luther King, a pandemia veio relembrar e reforçar esta afirmação, bem como agravar a pobreza e as diferenças.

Não está tudo bem, há sempre muito mais a fazer, no entanto, já ficou mais que provado que a austeridade não é a resposta. A resposta passa pela defesa de um país melhor, pelo o combate efetivo à pandemia e pelo relançamento da economia, aumentando os salários médios, e permitindo as famílias uma vida mais digna.

Nesta época natalícia onde se fala tanto em solidariedade, devemos torna-la realidade no ano todo. Eduardo Galeano considerava a Caridade como vertical, ou seja, de cima pra baixo, e a Solidariedade horizontal, respeitando a outra pessoa e aprendendo com ela e a grande maioria de nós tem muito o que aprender com as outras pessoas.



Nestes últimos tempos, a realidade evidenciou de forma incontornável, que estamos dependentes, que a doença não ataca apenas as pessoas mais desfavorecidas, e que é essencial a união para vencer, seja o covid-19, sejam as diversas discriminações existentes.

Numa altura em que se aproximam novas eleições, não podemos ficar indiferentes, cada um/uma de nós pode fazer a diferença na luta pela democracia, pela igualdade e pela Solidariedade, construindo um futuro mais equitativo e justo.

Por fim, em nome do grupo municipal do Partido Socialista e em meu nome pessoal, quero desejar a todos/as um próspero Ano 2022 com muita saúde, ultrapassando esta pandemia e retornando à normalidade o mais rápido possível.

Tábuas, 28 de dezembro de 2021

Olga Nunes
(Grupo Municipal do Partido Socialista)



GRUPO MUNICIPAL

Voto de Pesar

O grupo municipal do Partido Socialista propõe a esta assembleia a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Antigo Presidente desta Assembleia Municipal, entre 1998 e 2002, **José Alberto Gama Cunha e Costa**, oriundo do Espadanal, pertencente à União de freguesias de Ázere e Covelo.

Solicitamos que, à semelhança de outros seja guardado um minuto de silêncio e que este sentimento da Assembleia seja posteriormente remetido à família, se for aprovado.

Tábuia, 28 de Dezembro de 2021

Isabel Lourenço
(Grupo Municipal do Partido Socialista)

INTERVENÇÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL 28/12/2021

Cumprimento todos os presentes,

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Tábua, membros da mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Exmo Sr. Vice-Presidente, Senhores vereadores, colegas Presidentes de Junta, técnicos do município, comunicação social e público presente.

Boa tarde a todos,

Na sequência da nomeação na Assembleia Municipal, como Presidente de Junta de Freguesia representante das Juntas do nosso concelho em Congressos da Associação Nacional Municípios Portugueses para o quadriénio 2021-2025, na qual me sinto muito honrada por ter sido nomeada, participei com o Sr. Presidente da Câmara Municipal e com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no fim de semana 11 e 12 de Dezembro , no XXV Congresso da Associação Nacional Municípios Portugueses.

Iniciámos o congresso com as votações para eleição dos Titulares dos Órgãos da Associação Nacional Municípios Portugueses.

Além de me sentir lisonjeada em representar o nosso concelho, foi com enorme orgulho que contribui para a eleição da primeira mulher a presidir esta Associação, tendo sido indicada pelo Partido Socialista, Luísa Salgueiro é Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

Tendo este congresso como lema “Poder Local, por Portugal, pelos cidadãos”, foram vários os temas ali abordados /discutidos, tais como, Organização do Estado, Modelo de Desenvolvimento e Coesão, Financiamento Local, entre outros.

Foi sem dúvida muito enriquecedor.

Agradeço o facto de ter sido nomeada e de puder participar neste Congresso em representação dos meus colegas Presidentes de Junta.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA,
DE 28/12/2021

Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, assim como os seus Secretários. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tábua, o Sr. Vice-Presidente e todos os Vereadores e Vereadora. Cumprimento igualmente todos os membros da Assembleia Municipal, todos os Senhores e Senhoras Presidentes de Junta, Colaboradores e Colaboradoras do Município de Tábua, elementos da comunicação social presentes e restantes elementos do público.

Gostaria de destacar a importância que o atual executivo camarário tem dedicado à temática da igualdade, tendo em consideração todo o trabalho desenvolvido nestes 2 meses, em consonância com a *Estratégia Nacional para a Igualdade e não Discriminação – Portugal + Igual*, a vigorar no período 2018-2030.

As atividades desenvolvidas por esta Autarquia têm tido como objetivo a eliminação dos estereótipos de género, que estão na origem das discriminações em função do sexo, que impedem a igualdade entre homens e mulheres.

Deste modo, destaco o *Walking Football pela Igualdade*, dirigido aos/as alunos/as da Academia Séniior de Tábua; as sessões dinamizadas em contexto de sala de aula com os/as alunos/as da Escola Profissional EPTOLIVA; e ainda o *IV Encontro Regional de Boas Práticas de Igualdade, Cidadania e Não Discriminação*, realizado no passado dia 29 de novembro, dinamizado em parceria com a *Comissão para a Igualdade de Género*, tendo contado com a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Doutora Rosa Monteiro, que tem feito um trabalho notável nesta área.

Intimamente relacionado com as questões da desigualdade, surge o problema social da Violência Doméstica, cujos dados continuam a ser preocupantes. Os dados mostram que até ao final do mês de setembro, em Portugal, 19 pessoas foram mortas em contexto de violência doméstica: 14 mulheres e 5 homens. Para além disso, mais de 31 mil pessoas

foram atendidas e outras 2 mil foram acolhidas na *Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica*.

Face a este flagelo, não deixou o Executivo Camarário de encetar esforços no sentido de minimizar este problema. Destaco, deste modo, a campanha de sensibilização para a prevenção da violência no namoro, dirigida sobretudo à comunidade escolar do concelho de Tábua. Assinalo igualmente a realização da *Tertúlia Acorda... isso não é Amor*, integrada na *II Tábua de Igualdade(s)*, que teve lugar no dia 20/11/2021, que contou com a participação da Dra. Joana Pinto Coelho, especialista pertencente à Equipa para a Igualdade na Vida Local.

Dando continuidade ao trabalho de prevenção e combate à violência doméstica, o Município de Tábua procedeu à assinatura do *Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica*. Este protocolo deu origem à criação de uma *Estrutura de Apoio e Acompanhamento às vítimas de Violência Doméstica no Território da Beira Serra*, abrangendo o concelho de Tábua. Esta estrutura, dinamizada pela ADIBER, conta com uma equipa especializada que, em articulação com os diversos serviços do concelho de Tábua, permitirá uma resposta imediata, efetiva e concertada.

Face ao exposto, agradeço publicamente o trabalho desenvolvido por este Executivo Camarário nesta área, solicitando que continuem a apoiar estas e outras iniciativas, que contribuirão para um concelho mais inclusivo, mais igualitário, mais participativo e mais democrático.

Gostaria ainda de desejar a todas e todos os presentes os votos de um excelente ano de 2022.

Muito obrigado.

Tábua, 28 de dezembro de 2021.

Pedro José Pereira Cardoso

5

Comprimento o Srs Presidente da Assembleia
o Srs Presidente da Câmara, membros do executivo

A bancada do Partido Socialista congratula o Sr Presidente do Município e o seu executivo pelas diversas Obras Municipais em curso.

É impossível falar em desenvolvimento sem falar em investimento no Concelho.

Presentes
Presentes

BOA
TAR de

Um território que reúna **condições como:** infraestruturas básicas de qualidade, rede viária na amplitude necessária e em bom estado, rede de abastecimento de água e saneamento, equipamentos para a prática do desporto, património preservado, valorizado e articulado com a cultura e o turismo, tende a reunir o **essencial** para alcançar patamares de desenvolvimento.

Estas obras, em causa, prendem-se com:

- 1 - Requalificação da Igreja Matriz de Tábua e zona envolvente;
- 2 - Recuperação da Via Romana da pedra da Sé
- 3 - Requalificação do parque infantil implantado junto ao edifício da autarquia
- 4 - intervenção no sistema de drenagem de águas residuais de Espariz e Carragosela e construção de ETAR
- 5 - obras de promoção de mobilidade Rodoviária na União de freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha;
- 6 - obras de promoção de mobilidade Rodoviária na União de freguesias de Ázere e Côvelo;
- 7 - Substituição da conduta de distribuição de água na Rua Engº Barata Portugal e simultaneamente execução das infraestruturas de comunicação;

Assembleia Municipal – Sessão de 28/12/2021

Intervenções: André Rui Graça (coligação Coragem para Mudar)

Ponto 1 da Ordem do Dia:

Em primeiro lugar gostaria de expressar os meus votos de Boas Festas a todos os presentes e aproveitar para desejar ao executivo e ao seu presidente um feliz mandato neste quadriénio. Saliento e reitero o que tem sido dito por membros da minha bancada e pelos vereadores eleitos pela coligação Coragem Para Mudar: a nossa contribuição política parte sempre de uma base construtiva e, nesse campo, os tabuenses poderão sempre contar connosco para uma plataforma de entendimento que assegure a construção de um futuro. Não iremos, por isso, ceder a gratuitidade de uma postura contrária por virtude do fosso político, partidário e ideológico que nos separa. Tendo dito isto, tive oportunidade de ler o relatório em apreço, que mereceu toda a minha atenção. Gostaria de me pronunciar, primeiro, sobre dois aspetos: um formal e outro de conteúdo. Depois, terminarei mencionando alguns pontos que gostaria de ver de algum modo vertidos num próximo relatório e que ~~de algum modo~~ concatenam com o debate do orçamento que iremos encetar mais adiante na sessão.

O relatório proposto à apreciação desta Assembleia visa sumariar a atividade do executivo e realizar um sobrevoo pelo que tem vindo a suceder na vida política afeta aos órgãos do poder local. Em suma, são 31 páginas de um discurso prolixo, desnecessariamente enhumaçado, onde se fica sem noção da importância do que é *essencial* e do que é acessório. Formalmente, este tipo de redação apresenta vários tipos de problemas que não são de importância menor. Fica-se com a percepção de que a “escrita a metro” pretende (de forma intencional ou por pura incúria) ocultar ou colmatar algum tipo de falha. Por outro lado, desvia muitas vezes a atenção do que é realmente importante para aspetos menos relevantes e que se distanciam do facto político. Uma revisão desta prática seria muito apreciada.

O segundo aspeto prende-se com o facto de haver um certo tom laudatório e autoindulgente no documento. Se é, apesar de tudo e contrariamente a um certo dever de reserva e de distanciamento, compreensível que algum brio possa transparecer no documento, a

informação de um relatório desta natureza deve distanciar-se do tom usado num instrumento de divulgação, autopromoção e propaganda, como é o caso do Boletim Municipal ou do “feed” de notícias das redes sociais controladas pelos órgãos de comunicação da Câmara Municipal de Tábua. Destaco, inclusivamente, casos que induzem em erro, como é exemplo a questão da putativa cedência de lugares de estacionamento aos municíipes – ação que já foi publicamente denunciada e desmontada. Penso que, também neste ponto, existe amplitude para reflexão e melhoria, que gostaria de ver concretizada futuramente.

Tendo presente o que foi anunciado (ao invés de “relatado”) no documento, bem como no que se pode antever tendo em consideração o restante material relativo ao orçamento, espanta-me a ausência a temáticas e questões que tardam a chegar a Tábua, por pura e simples inércia do executivo. Irei ater-me a questões ligadas apenas com educação e cultura. No que concerne à educação, urge investir em planos de educação para o empreendedorismo (seja durante a escolaridade obrigatória, seja ao nível da aprendizagem ao longo da vida). A temática do empreendedorismo liga-se com questões relacionadas não só com educação e literacia financeira, mas também com ação social, cidadania ativa, ambiente, transição digital, entre outros eixos prioritários de acordo com as estratégias do PRR e do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Por outro lado, ainda neste campo, importa encorajar, por exemplo através de bolsas ou de formações, a manutenção de certas atividades ligadas a ofícios ligados com a manufatura e que se encontram em declínio. Formação específica de como manter a sabedoria ancestral e continuar a fazer com que estes saberes sejam relevantes nos dias de hoje, através de formações e de apoio à modernização de alguns destes negócios do comércio local, é uma importante alavanca para o sentimento de concretização dos tabuenses, para a vitalidade do comércio e para a prosperidade económica do concelho.

No que é atinente à cultura: reconheço que passos têm sido dados nos últimos anos. Porém, falta que a Câmara Municipal, em conjunção com o agrupamento escolar, adira o quanto antes ao Plano Nacional de Cinema (plano articulado entre a Direção-Geral de Educação, a Cinemateca Portuguesa e o Instituto do Cinema e do Audiovisual). No ano letivo 2021/2022 estão inscritos no PNC 400 Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, de todos os distritos do continente, Regiões Autónomas e Escolas Portuguesas no Estrangeiro dos países da CPLP. Aqui perto, Arganil, Penacova e Oliveira do Hospital já aderiram. Até quando iremos

AS

protelar a chegada deste tipo de iniciativas e de literacia e deixar os alunos tabuenses privados desta iniciativa com custos reduzidíssimos? É sabido que Tábuia tem um atraso crónico em vários campos. É-me particularmente penoso ver que este tipo de iniciativas passa debaixo do radar do executivo, tal como outras mais-valias neste domínio e outros, que provavelmente são desaproveitadas ou nem sequer colocadas na agenda de decisão. Com efeito, ficamos a saber da sessão de cinema para a academia sénior e de outras iniciativas que, em perspetiva, empalidecem, quando se tem em mente o que poderia estar a ser feito e não está. Várias vezes me irão ouvir dizer que documentos desta índole se referem mais ao que não consta deles, do que ao que neles está plasmado.

Ponto 3 da Ordem do Dia:

Primeiramente, gostaria de realçar o meu agrado em verificar que existe a intenção de alocar um montante correspondente a cerca de 1% do orçamento para a cultura. É um gesto apreciável e vai ao encontro da antiga reivindicação de 1% do orçamento para a cultura. Porém, o que encontramos é relativamente vago. Embora talvez o seja por necessidade, há pontos que gostaria de ver esclarecidos. Estão contempladas rubricas de consultadoria na área da cultura. Para além de serem montantes manifestamente baixos, pergunto-me que consultadoria procuram obter a praticar estes montantes e que qualidade e solidez das mesmas podemos esperar. Depois, temos três rubricas com somas mais avultadas. Respetivamente, 22 140€, 85 553€ e 51 272€. A combinação destas três somas totaliza cerca de metade do montante alocado para a cultura. Gostaria que ver esclarecidos quais são os ambiciosos planos que se pretendem dar a 3 rubricas que ocupam quase metade de um orçamento.

Ainda mais vago é o orçamento feito para o campo do Comércio e Turismo, cifrado em cerca de 600 000 € (de acordo com o AMR). Falamos de mais de meio milhão de euros empenhado numa rubrica muito vaga. Sabendo que o Comércio e o Turismo são elementos indissociáveis da área da cultura, gostaria de saber em que medida está prevista que esta verba muito avultada ajude à articulação entre estas três áreas – consubstanciando, assim, uma desejável estratégia.

Por fim, relativamente ao campo das receitas, gostaria de deixar duas notas. A primeira (que está contemplada, concedo, mas que poderia ser explorada de forma mais produtiva) relaciona-se com o facto de que também a cultura pode contribuir ativamente para as receitas do município. É verdade que há atividades e sectores da vida artística e cultural que necessitam de apoio financeiro a fundo perdido. Contudo, é através da natureza das iniciativas culturais que se dinamizam no concelho que será possível criar uma estratégia (que até agora, parece ser inexistente) que possa dar mais proventos, tanto ao nível ^{do} retorno económico, como também do prestígio e da promoção do concelho. A minha segunda e última nota, distancia-se da questão da cultura, mas gostaria na mesma que merecesse atenção e registo. O estado da via pública da vila de Tábua é calamitoso. Penso que não será difícil reconhecê-lo e todos compreendemos que não é possível atender a todos os problemas ao mesmo tempo. Porém, é importante que se entenda que a explicação para esta situação reside em grande parte num volume de tráfego artificialmente criado pela presença do Centro de Exames. Com efeito, esta circunstância determina muito da vida da vila de Tábua. Não só existe um impacto ambiental que raramente ouço falar, como cria um maior afluxo de condutores inexperientes (o que aumenta exponencialmente a probabilidade de acidentes), dificulta o trânsito e, acima de tudo, deteriora a via pública, que se desgasta a um ritmo muito superior do que noutras circunstâncias – nomeadamente quando é sujeita a veículos de grande porte, de forma praticamente constante. Considerando o princípio do “utilizador-pagador”, questiono se existe já uma taxa ajustada aos reais custos da ^{Exames} requalificação regular das faixas de rodagem, aplicada sobre o Centro de Inspeções ou os seus utentes. Caso não exista, apesar de poder ser uma medida eventualmente impopular para certos interesses instalados, pergunto-me se o executivo contemplaria a possibilidade de criar um imposto municipal (com possível alívio para quem venha a fazer exames em carros de mobilidade elétrica) para que não recaia sobre os tabuenses as consequências de uma atividade que, por inerência, tem impacto concreto. Caso já exista imposto municipal, gostaria que me explicassem porque é que essa fonte de receita não parece estar a servir o seu propósito e as vias de Tábua continuem no estado em que se encontram.

Bruno Rei Gafa

Ponto 3 – Aprovação do Orçamento da Receita e Despesa para o ano de 2022 /
Grandes Opções do Plano de 2022 / Norma de Execução Orçamental:

A Câmara Municipal de Tábua apresentou o Orçamento da Receita e Despesa para o ano de 2022.

O Grupo Municipal do Partido Socialista considera que, este é o orçamento possível, tendo em atenção a realidade e as condicionantes existentes e agradece ao executivo municipal na pessoa do seu presidente Ricardo Cruz todo o trabalho realizado na sua elaboração e apresentação destes documentos à assembleia, permitindo uma análise mais detalhada e reforçando o seu compromisso com a transparência.

Relativamente às Grandes Opções do Plano (GOP), onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, evidenciamos a importância das áreas da educação, da ação social, da cultura e da proteção civil, cuja aposta local e numa lógica de proximidade às populações detém um papel essencial na melhoria das condições e qualidade de vida das pessoas do concelho de Tábua.

Votaremos favoravelmente por considerarmos que, este Orçamento serve os interesses dos Tabuenses, continuando a ajudar no combate a alguns efeitos imediatos da pandemia, mas também prevendo investimentos e aposta em áreas estratégicas para o crescimento e desenvolvimento concelhio de forma sustentável e equilibrada

Tábua, 28 de dezembro de 2021



Olga Nunes
(Grupo Municipal do Partido Socialista)

Exmos. Srs.

Presidente da Assembleia Municipal

Membros da Assembleia Municipal

Presidentes de Juntas de Freguesia

Presidente e Vereadores da Câmara Municipal

Não sendo possível dissociar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano de 2022 do Município de Tábua da sua atual situação económica e financeira, é com muita apreensão que analisamos os documentos que nos são apresentados para aprovação, significando os mesmos uma política de continuidade dos executivos anteriores liderados pelo Partido Socialista.

A análise das contas mais recentes do Município evidencia várias debilidades em termos financeiros que comprometem a capacidade de melhor aproveitar as oportunidades próximas em termos da qualidade de vida dos Municípios e a competitividade do concelho na atração de empresas e população, como sejam o acesso ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Portugal 2030 e o Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI), bem como os desafios inerentes à descentralização de competências.

Chamamos a vossa especial atenção para questões fundamentais que traduzem a debilidade financeira do Município, em relação aos quais solicitamos que o executivo camarário disponibilizar a melhor informação em próximas sessões deste órgão:

- O volume de dívida a fornecedores, com uma antiguidade significativa, e que degrada a imagem da Câmara e compromete a eficiência nas futuras aquisições de bens e serviços; aqui, não podemos deixar de ter em conta que *“quem paga mal, compra caro...”*
- Os compromissos assumidos perante as Instituições do concelho – Juntas de Freguesia, Associações de Bombeiros, IPSS's – cujo valor poderá não estar devidamente relevado nas Demonstrações Financeiras, e que comprometem a capacidade de execução destas Instituições e a sua eficiência.

O atual estado das coisas é o resultado de vários anos de decisões de gestão que se traduziram num elevado nível de despesas e na sua ineficiência, como a seguir irei expor.

Em primeiro lugar, a análise entre gastos e rendimentos correntes, a qual, sendo a parte dos rendimentos correntes pouco elástica, o nível de gastos correntes consome praticamente toda o rendimento, pouco sobrando para fazer face ao serviço de dívida financeira e para a participação do Município nos projetos de investimento, a não ser que aumente o volume de dívida a fornecedores.

A este propósito, elaborei um quadro comparativo do nível de gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos do Município de Tábua no ano de 2020, evidenciando o peso destes gastos no nível de rendimentos correntes (Vendas + Prestação de Serviços + Impostos e Taxas + Transferências e Subsídios Correntes obtidos), comparando-os com os Municípios vizinhos de Arganil e Penacova:

	Tábua	Arganil	Penacova
Custos com o Pessoal	47,4%	39,4%	44,1%
FSE	34,7%	35,5%	28,5%
Número de Habitantes (<i>Pordata 2020</i>)	11.419	10.991	13.645

Fonte: Demonstração dos Resultados dos Municípios em 2020

Depois, podemos referir as opções de investimento por parte dos executivos anteriores. Recordo uma das recentes, motivada pela proximidade das últimas eleições, constituída essencialmente pela pavimentação de estradas e caminhos, tendo-se contraído um financiamento de 3,5 Milhões de Euros para tal.

Este Orçamento representa uma oportunidade perdida para mudar o estado das coisas, sendo absolutamente urgente fazer o saneamento financeiro da câmara e analisar racional e criteriosamente cada rubrica da despesa, direcionando os recursos para o que o Município efetivamente necessita e o possa dotar dos meios necessários para fazer os investimentos possíveis através dos instrumentos atrás enunciado. Estimamos que sejam necessárias medidas de contenção, contrariando os sinais dados em períodos passados, mas também de opções sobre o tipo de despesa, absolutamente

essenciais para a sustentabilidade da atividade municipal, e por consequência, da vida de todos os tabuenses.

No entanto, há que saudar também algumas opções inscritas no orçamento e que fazem parte do programa eleitoral desta Coligação e que apenas pecam por tardias. Refiro-me em concreto:

- à construção da Zona Industrial da Carapinha, a qual, desejavelmente, disponibilizará lotes de terreno infraestruturados aos pequenos e médios empresários que não têm tido alternativas de espaços no seu concelho;
- às verbas inscritas para a primeira alteração do Plano Diretor Municipal, o qual já tem quase 30 anos e se encontra perfeitamente desatualizado;
- as verbas inscritas para o estudo e definição de ARU's - Áreas de Reabilitação Urbana, sugerindo-nos que possam as mesmas abranger uma parte das nossas aldeias, com a possibilidade da sua reabilitação urbana poder usufruir de incentivos e benefícios fiscais significativos, contribuindo desta forma para a atração de população e o combate à desertificação.

Sendo certo que, como tem sido hábito, o nível de execução do orçamento se situe muito abaixo do projetado, cá estaremos para monitorizar a concretização destas iniciativas, desejando que as mesmas não passem para anos seguintes, como tem ocorrido com outras questões.

Pelos motivos atrás exposto, iremos votar contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano de 2022.

Como mensagem de ano novo, desejamos ao executivo municipal coragem para enfrentar de vez os desafios que aqui lhe apresentamos. No entanto, e tomando por base a postura reformista dos partidos desta coligação, estaremos disponíveis, como oposição responsável e construtiva, e dentro de um quadro de transparência e discussão aberta e saudável, para fazer parte das decisões que se avizinharam difíceis, mas possíveis, e que conduzam ao saneamento financeiro da autarquia e que possibilitem um futuro melhor a todos os municípios.

António Nina, 28 de dezembro de 2021

Habitações não Permanentes

A bancada do Partido Socialista congratula o Sr Presidente do Município e o seu executivo pela acção de prorrogação do prazo para finalização dos trabalhos relativos ás reconstruções das habitações não permanentes danificadas ou destruídas pelo incêndio de 15 de outubro de 2017, alvo de candidatura aprovada.

O apoio e a actual prorrogação de prazo que o Município aprovou para a reconstrução destas habitações é meritória, faz parte de uma política que visa o retorno das populações ao nosso território, as aldeias não podem ser museus abandonados.

As nossas aldeias são as raízes culturais mais profundas que possuímos, podem ser espaços de futuro, mas é nossa obrigação preservar a memória do passado, e estas devem ser mantidas permanentemente vivas.

O município é ciente que estas habitações não permanentes têm uma conotação afectiva, uma ligação pessoal do individuo às aldeias, ás habitações que as constituem.

Assim esta prorrogação de prazo é mais um método para inverter a tendência do despovoamento, do abandono, da ruína.

Estas habitações não permanentes, muitas vezes denominadas de segundas habitações,

"Dirijo um apelo aos homens e mulheres deste País, reajam contra a tirania da casa-objecto, reservem espaço e ambiente para os meninos, salvem o lugar de nascer, viver e morrer, PRINCIPALMENTE DE VIVER "

Carlos Drummond de Andrade

Bruno Alexandre Fonseca Santos

Rua da Casa do Povo, 154

Espariz



3420 – 105 ESPARIZ

Tábua, 28 de dezembro de 2021

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, executivo Municipal, Deputados Municipais, Presidentes de Junta, público presente e comunicação social:

Começo por apresentar os meus cumprimentos aos novos eleitos, desejando que seja um mandato profícuo assente sempre no respeito e no debate construtivo. Temos pessoas de enorme valor, tanto no executivo municipal como na assembleia municipal pelo que temos todos os ingredientes para que seja feito um trabalho de excelência em prol do nosso concelho.

Hoje o tema principal da minha intervenção está relacionado com a Lei Orgânica n.º 1/2019 que, no seu n.º 1, estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para os órgãos eletivos das autarquias locais sejam compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33 % de cada um dos sexos.

É com enorme desagrado que verifico que, num mandato que assinalará os 50 anos do 25 de abril de 1974, ainda existem órgãos eletivos das autarquias locais que não cumprem esta Lei. Uma Lei que deveria ser desnecessária se a sociedade se soubesse respeitar e soubesse respeitar os valores da democracia e da humanidade. Mais grave é ainda esta questão, quando temos uma Lei, e usamos todas as formas mais absurdas para a tentar contornar.

Recordo as palavras do Presidente da ANAFRE, proferidas no passado mês de novembro, sobre esta temática: *"Acho incrível que ainda se continuem a formar Executivos com três homens ou com três mulheres. Acho incrível. A lista é feita ordenadamente e cumpre a paridade, senão não era aceite pelo Tribunal. Depois vai-se para a escolha dos membros e escolhem-se três homens ou três mulheres e a Assembleia de Freguesia aprova. Isso é que causa algum desagrado à ANAFRE". "Respeite-se o que está escrito, respeite-se a lei da paridade. Se há dois homens meta-se uma mulher, se há duas mulheres meta-se um homem"*.

Nada tenho contra os elementos dos executivos que ocupam lugares que deveriam ser ocupados por elementos do sexo oposto, até porque a muitos lhes reconheço competência, mas os eleitores mereciam maior honestidade e as mulheres maior respeito. É absurdo termos executivos formados apenas por homens e depois termos várias mulheres na Assembleia de Freguesia. Um dos casos é o da minha Freguesia, sobre a qual deixei registada na ata de tomada de posse dos órgãos autárquicos o meu desagrado e a minha posição sobre este tema. Há sempre forma de cumprir a lei se a quisermos cumprir!

Mas aquilo que me traz a esta assembleia é o facto de podermos ser um concelho exemplo, e um concelho exemplo é um concelho que diz não a este tipo de situações, que podem e devem ser corrigidas,

principalmente quando tínhamos todas as condições para respeitar a intervenção feminina na política local. Talvez se houvesse um fator associado às transferências para as freguesias que penalizasse quem não cumpre, fosse mais “fácil” ao ser humano perceber que a vida em sociedade é muito mais do que o seu olhar interno.

Se for legalmente possível, o meu desejo é que nos montantes a transferir para as freguesias haja um fator de retenção associado ao não cumprimento da paridade nos seus órgãos executivos, e que esse montante retido seja aplicado na execução do Plano de Igualdade de Género do concelho de Tábua. Talvez seja um bom tema para ser debatido em próxima Assembleia Municipal.

Esta proposta em nada belisca o respeito e reconhecimento que tenho pelos executivos formados apenas por elementos do sexo masculino, no entanto temos que compreender que a sociedade necessita de equilíbrio e que as oportunidades devem ser globais.

Termino, deixando referência ao Plano Municipal para a Igualdade que foca o seguinte:

“A promoção da igualdade de género e não discriminação constitui um vetor estratégico de desenvolvimento concelho (...)

Em junho de 2019, o Município de Tábua conjuntamente com outros pertencentes à CIM Região de Coimbra, assinou um Protocolo de Cooperação com a CIG, visando a promoção, execução, monitorização e avaliação da implementação de medidas e ações que concorram para a territorialização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND), contribuindo para a sua efetiva execução e para mudança social no Município e no País.

Em 2020, o Município de Tábua foi galardoado com o Prémio “VIVER EM IGUALDADE” 2020/2021.”

São princípios e valores dos quais penso que todos temos orgulho, mas não podemos, no mesmo mês em que se realizou a “Tábua de Igualdade(s)”, ter executivos a tomar posse que não cumprem este desígnio. Se queremos que a sociedade seja mais igualitária e mais justa temos que começar por nós. E aqui falhámos. Estamos sempre a tempo de corrigir e não precisamos esperar 4 anos. Se não for antes, talvez o próximo Dia da Mulher seja um bom dia para cumprimos este desígnio.

Termino, desejando a todos um Ano de 2022 de muito sucesso. E não se esqueçam, gastem a vossa energia no essencial, remando todos no mesmo sentido, mesmo que o remo seja de marca diferente.

Com os melhores cumprimentos,



(Bruno Alexandre Fonseca Santos)

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA DE 28 DEZEMBRO 2021

Ex.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tábua

Eu abaixo-assinado Rui Silveiro de Moura, B.I. n.º 36002 (Arquivo de Identificação de Lisboa), Município com residência permanente na Rua Quinta das Boiças nº 25, 3420-348 Tábua, venho por esta via, uma vez mais, registar por escrito as minhas questões, entregando-a presencialmente á Mesa desta Assembleia Municipal – para que seja anexa à Acta desta Sessão.

PONTO 1 - já consta dos nove documentos anteriormente por mim entregues a V.Exª nas Assembleias Municipais de Tábua, anexos ás Actas de 28FEV2018, 27JUN2018, 28SET2018, 26DEZ2018, 28FEV2019, 29ABR2019, 24JUN2019, 30SET2019 e 22SET2021- mas relativamente ao qual aguardo ainda respostas/resoluções/correctivos camarários pendentes:

Na qualidade de Proprietário/Vizinho confinante com o artigo matricial n.º 8000/AT (que sita na Rua Quinta das Boiças nº33, Freguesia de Tábua) e também como primeiro Signatário da **Petição Pública Colectiva de Protesto**, subscrita por **sete** Proprietários-Vizinhos reclamantes, enviada por carta registada em 30NOV1998 à C.M. Tábua, que originou a abertura do **Proc. Camarário n.º 451/1998 SAD/40/014**, contra a edificação de uma vedação metálica (~35m x 1.8m) com sapata de cimento (por parte dos Proprietários desse art. nº 8000/AT), confinante com a via pública, **sem obtenção de licenciamento/alinhamento camarário e sem provisão do afastamento regulamentado ao eixo e/ou plataforma dessa via pública**, SOLICITO respostas pendentes ás minhas cartas registadas afins e posteriores reclamações/Petições Públicas Colectivas de Protesto (Março e Maio 2016), bem como o cumprimento dos correctivos notificados (desde 2015, também por via de Auto de Vistoria camarário) aos Reclamados – tal como também confirmado (e registado em Acta) pelo Presidente do Município na **Reunião Ordinária Pública nº20/2016** (na qual também participei com demais Peticionários-Signatários) e ainda por via do subsequente **Proc. Camarário n.º01/2016-SA/32/014**. Esses incumprimentos (por parte dos Reclamados) condicionam, desde 1998 e até à data, a largura desse troço da via pública a ~3.75m.

ACTUALIZAÇÃO:

Até á presente data, ainda não me foi prestado qualquer esclarecimento camarário sobre quaisquer resoluções e/ou correctivos (pendentes!) relativos aos supra citados Processos camarários, e a referida vedação ilegal ainda lá se encontra – i.e., não foi corrigida.

23 anos depois da Petição Pública de Protesto inicial (1998) e uma vez que o Presidente do Município na **Reunião Ordinária Pública nº20/OUT2016** “(...) Garantiu, que a obra da vedação é ilegal e que não irá permanecer naquele alinhamento (...)”, **62 meses depois** questiona-se quanto mais tempo necessita(m) - pois ainda nada aí foi rectificado ou me foi notificado.

PONTO 2 - já consta dos nove documentos anteriormente por mim entregues a V.Exª nas Assembleias Municipais de Tábua, anexos ás Actas de 28FEV2018, 27JUN2018, 28SET2018, 26DEZ2018, 28FEV2019, 29ABR2019, 24JUN2019, 30SET2019 e 22SET2021 - mas relativamente ao qual aguardo ainda respostas/resoluções/correctivos camarários pendentes :

Tal como também já reportado junto da C.M. Tábua (inclusive por participação pessoal em Reuniões Ordinárias Públicas), o incumprimento do **Ponto 4 do Alvará nº2/1975** por parte dos Proprietários dos Lotes nº2/3/4 também me prejudica patrimonialmente em ~35.15m na frente (Sul) da minha propriedade habitacional (vide Reclamações registadas no Livro de Reclamações da C.M.T.), condicionando a largura desse troço a ~4.20m – **agravado pelo alcatroamento de parte dessa minha propriedade** (área urbana privada). O Lote nº4 também se encontra murado na confinação com a via pública **sem ter obtido qualquer licenciamento/alinhamento camarário**.

BS

ACTUALIZAÇÃO:

Até á presente data, nunca me foi prestado qualquer esclarecimento camarário sobre quaisquer resoluções e/ou correctivos relativos a este assunto. Numa tentativa (continuada) de resolução definitiva dos consequentes problemas colectivos afins, tomei a iniciativa de os expor por escrito junto da Assembleia Municipal (2017-2021) e, por via de representante legal, propor soluções possíveis/alternativas directamente junto da Presidência camarária – em vão. Consequentemente, sou Autor vs. Município de Tábua dos Processos nº25/18.0T9TBU; nº171/18.0T8TBU, nº26/19.0T9TBU; nº334/19.0OBECBR - que nem foi contestado pelo Município de Tábua/Réu – agravado por pretensa Contra-Ordenação nº39/2021, por mim Defendida 10SET2021, mas que – RECONHECIDAMENTE SEM DECISÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA e ao arrepio dos regulares/regulamentados procedimentos administrativos legais, assisti impotente (na presença da GNR por mim chamada ao local e com Testemunhos) à **invasão e danificação patrimonial da frente Sul da minha propriedade habitacional, com destruição de marco judicial (a poente) por funcionários do Município de Tábua!**

PONTO 3 – já fora abordado nos nove documentos anteriormente por mim entregues a V.Exª nas Assembleias Municipais de Tábua, anexos ás Actas de 28FEV2018, 27JUN2018, 28SET2018, 26DEZ2018, 28FEV2019, 29ABR2019, 24JUN2019, 30SET2019 e 22SET2021:

No seguimento do aprovado em Reunião Ordinária da C. M. Tábua, com Acta n.º 09/2016 de 11 de Maio, em que a Deliberação n.º 115 aprovou a Acta da Comissão Municipal de Toponímia n.º 02/2016 de 4 de Maio e a respectiva Listagem - complementada pela Planta de Localização de Toponímia da Freguesia de Tábua que **regista e ilustra a extensão oficial da Rua da Quinta das Boiças/Freguesia de Tábua,**

e

considerando que da douta Decisão Judicial (em Processo do qual fui Autor) se apurou que o Município de Tábua afinal assinalara/registara abusivamente terreno privado como pretensa extensão desta via pública ('até aos campos agrícolas'),

SOLICITO confirmação da extensão oficial – corrigida - da Rua Quinta das Boiças – que se inicia na EN337/'Estrada da Barrosa'.

ACTUALIZAÇÃO:

Até á presente data, nunca me foi prestado qualquer esclarecimento camarário sobre quaisquer resoluções e/ou correctivos relativos a este assunto.

PONTO 4 - já consta dos documentos anteriormente por mim entregues a V.Exª na Assembleias Municipais de Tábua anexos ás Actas de 30SET19 e 22SET2021 - mas relativamente ao qual aguardo ainda respostas/correctivos camarários pendentes :

Relativamente à SINALÉTICA ILEGAL na ‘Rua Quinta das Boiças’ SOLICITO também confirmação pendente (vide m/ Anexo à Acta AM 30SET2019) de quais procedimentos correctivos tiveram subsequentemente lugar - uma vez que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tábua declarou solememente em Tribunal (vide mesmo Processo supra, Ponto 3) que ‘nem a Junta de Freguesia de Tábua nem a Câmara de Tábua colocou (ou autorizou a colocação a outrem) a sinalética de ‘Sem Saída’ na ‘Rua Quinta das Boiças’, aí abusivamente afixado desde 2017 num poste da EDP e obrigando todo o tipo de veículos a manobrar/inverter marcha em terreno urbano privado alheio.

PONTO 5

A 'Rua Quinta das Boiças' – a única via pública que atravessa o aglomerado urbano onde resido na Freguesia de Tábua - não tem (nunca teve) quaisquer bermas, passeios, sarjetas... nem tão pouco valas/valetas para escoamento de águas pluviais (e 'outras'... vazadas por particulares...), situação essa agravada pela inexistência de saneamento básico - tudo isto suscitando diversas reclamações junto das entidades competentes.

Tal como também já reportado por via de Participação–Denúncia datada 06/Junho/2017 (Registo Camarário n.º 2489) junto da C.M. Tábua, e por via de posterior registo de Reclamações e participação pessoal em Reuniões Ordinárias Públicas, os Proprietários dos Lotes nº4 e nº3 (sitos na Rua Quinta das Boiças nº 12 e 14, respectivamente) também me prejudicam patrimonialmente em ~35.15m na frente (Sul) da minha propriedade habitacional, uma vez que continuada e não civilizadamente despejam directamente para essa mesma via pública todo o tipo de águas de lavagens domésticas... e de seus veículos... e despejos resultantes de matança de porcos/aves... comprovadamente danificando o betuminoso público e detorando os prédios vizinhos sítios em quota topográfica inferior - pois que todas essas águas se infiltram também no meu terreno, degradando as paredes da minha garagem... tal como tem sido documentado e reportado junto dos V/Serviços (incluindo de Fiscalização)... em vão... e pelo SOLICITO RESOLUÇÃO MUNICIPAL (pendente) definitiva.

ACTUALIZAÇÃO:

Até à presente data, ainda não me foi prestado qualquer esclarecimento camarário sobre quaisquer resoluções e/ou correctivos relativos a este assunto.

Mais ainda:

3ºTrimestre/2021 foi construído/edificado 'vazadouro de águas' frente ao nº33 – 'obra' essa (autorizada?) que invade a via pública (fotografia a remeter aos V/Serviços, se necessário) e põe em perigo a circulação de veículos na mesma via. Foi também escavado betuminoso da via pública frente à entrada (nascente) da minha propriedade habitacional, prejudicando a largura de entrada na minha propriedade e que reduz (ainda mais) a largura da via pública junto ao meu marco/estrema (a nascente) com o nº33 - que dista 4.20mt dos muros edificados (a Sul, nº16) também confinantes com a mesma via pública.

PONTO 6 – que já consta dos documentos anteriormente por mim entregues a V.Exª nas Assembleias Municipais de Tábua, anexos às Actas de 30SET2019 e 22SET2021- mas relativamente ao qual aguardo ainda resposta pendente :

Ao abrigo do Direito à Informação, e em prol da Transparência Municipal, requeri junto do Balcão Único autorização para consultar diversos Processos de Reclamações que me dizem directamente respeito e que, em meu entender, foram indevidamente arquivados pelo Município de Tábua. Em ofícios assinados pelo Presidente do Município, foi-me concedida autorização para os poder consultar mas apenas em data igual à do próprio carimbo do registo postal com que fui notificado (Of. 94) e/ou em data/hora anterior à data em que rececionei notificação postal (Of. 303) – pelo que solicito que a Chefia do Gabinete do Presidente do Município reconsidere os meus pedidos legítimos para consultas processuais junto do Gabinete de Gestão de Reclamações e que, superiormente, me seja facultado acesso documental com tempo de consulta suficiente e que seja também notificado (mais) atempadamente.

Respeitosamente,

Rui Silveiro de Moura

Tábua, 28 de Dezembro de 2021

